

Programa Para Fortalecimento da Mídia em Moçambique

RELATÓRIO DE BIODIVERSIDADE NA MÍDIA

Maio de 2016

Objecto de Análise:

Jornais: Notícias, OPaís, Diário de Moçambique, Mediafax, Correio da Manhã, @Verdade, MidiaLab¹ Canal de Moçambique, Magazine Independente, Zambeze, ExpressoMoz, Domingo, Savana e Público.

Seguem abaixo os pontos-chave deste relatório, e os respectivos anexos de algumas matérias aleatoriamente selecionadas:

- No mês de **Maio** foram publicadas **25 matérias** sobre **Biodiversidade**, na mídia acima mencionada. Comparando com Abril, regista-se um acréscimo de quatro matérias;
- Dos 15 jornais analisados, 7 publicaram sobre este tema. O jornal Notícias continua em destaque, tal como ocorreu no mês passado, publicando 10 peças, seguido do Jornal Canalmoz com 7 matérias e o Mediafax com 4. Os restantes quatro jornais publicaram uma peça cada;
- O fenómeno **El niño** influenciou na cobertura jornalística sendo por isso que o subtópico mais coberto na Biodiversidade refere-se aos efeitos da seca com 11 matérias. Nas peças aborda-se a redução da produção agrícola e a morte massiva do gado; O anúncio do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades sobre a existência de mais de 900 mil pessoas precisando de assistência alimentar e as doações que estão sendo feitas para as vítimas da seca;
- A caça furtiva possui 6 matérias publicadas, constituindo o segundo subtópico mais coberto. Para este caso houve mais atenção à aprovação do decreto que regula o comércio internacional de espécies em extinção e, as acções desenvolvidas pelos administradores dos parques de Gorongosa e Bazaruto visando preservar as espécies ali existentes.
- Em quase todas as matérias nota-se uma cobertura ditada pela agenda externa, através de comunicados de imprensa. Excepto duas matérias do jornal Notícias referentes à conservação do parque de Gorongosa;
- Os jornalistas Cláudio Saúte e Eugénio da Câmara, do jornal Canalmoz destacam-se na cobertura desta temática com quatro e três peças respectivamente. E, seguem os jornalistas Bernardo Luís e Francisco Manjate, dos jornais Mediafax e Notícias respectivamente que publicaram duas peças cada.

¹ Este jornal é um produto produzido pelos jornalista estagiários do MSP com fins académicos

Anexos:

Jornal: Notícias; **Dia:** 17

Título: INHAMBANE - Vítimas da seca beneficiam de apoios em três distritos

1. Seca

INHAMBANE - Vítimas da seca beneficiam de apoios em três distritos

Terça, 17 Maio 2016 00:00 |  | Acessos: 51 – Pág. 4

Acessado no <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/provincia-em-foco/55703-inhambane-vitimas-da-seca-recebem-apoios-em-tres-distritos>, no dia 26 de Maio de 2016 – as 16:14

MAIS de 19 mil pessoas residentes nos distritos de Panda, Funhalouro, Mabote e Govuro, que fazem parte de um total de 129.827 afectadas pela fome, estão a receber apoio do Governo e seus parceiros de cooperação que disponibilizaram dez mil toneladas de alimentos.

O director-geral do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), João Machatine, apelou no acto da entrega do donativo à rápida canalização aos legítimos destinatários, de forma a aliviar o seu sofrimento.

Entretanto, a organização humanitária CARE, em colaboração com o INGC, está empenhada na busca de soluções para fazer face à situação de insegurança alimentar aguda nos distritos de Funhalouro e Homóiine, os mais assolados pelo fenómeno na província de Inhambane, assegurando o acesso imediato aos alimentos e sementes através de senhas.

Trabalha também para melhorar o acesso à água potável através de reparação, reabilitação e abertura de fontes de abastecimento, promover a resiliência das comunidades afectadas com a introdução de novas tecnologias no sistema produtivo.

A seca deixou milhares de pessoas numa situação de fome aguda e causou a perda de diversas culturas, o que levou ao esgotamento das poucas reservas de alimentos que as famílias possuíam, empurrando-as para uma situação de extrema vulnerabilidade.

Neste momento a CARE está a intervir nas áreas de água e saneamento, agricultura e resiliência, tendo promovido em Funhalouro e Homóiine duas feiras de distribuição de alimentos e insumos a 11.599 agregados familiares.

Os beneficiários receberam farinha de milho, óleo, açúcar, arroz e amendoim, sal, feijão manteiga e feijão nhemba, para além de enxadas, regadores, pulverizadores, limas, catanas, serrotes, machados, e sementes de feijões, amendoim, milho e mapira.

Na área de água e saneamento foram reabilitadas quatro fontes de abastecimento nas comunidades de Cupo-sede, Macuacuane, Chimusse e Zacanha, beneficiando 1568 habitantes e foram formados três comités em matéria de gestão de fundos colectados.

A CARE é membro do consórcio COSACA, uma iniciativa conjunta de intervenção na área de emergência e assistência humanitária constituída por quatro organizações, a Concern, Oxfam, Save the Children e CARE, com financiamento do DFID e Governo britânico.

VICTORINO XAVIER

Jornal: CanalMoz - **Dia:** 25

Título: Seca no Sul e inundações no Norte: Cerca de um milhão de pessoas está a sofrer de fome em Moçambique

Seca no Sul e inundações no Norte

Cerca de um milhão de pessoas está a sofrer de fome em Moçambique

Maputo (Canalmoz) – O Governo continua sem condições para dar assistência às vítimas da seca no Sul do país e das inundações no centro e no Norte.

Segundo as informações prestadas pelas autoridades governamentais, cerca de um milhão de pessoas está a sofrer de fome nas regiões afectadas.

Mouzinho Saíde, porta-voz do Conselho de Ministros, disse ontem que as autoridades continuam a en-

vidar esforços para a angariação de apoios, tanto em dinheiro como em víveres e em outro tipo de materiais.

O Governo anunciou ontem que conseguiu colectar, por via da solidariedade interna, 4 milhões de meticais e 38 toneladas de bens alimentares para dar assistência a cerca de 11.000 pessoas.

Segundo disse Mouzinho Saíde, o processo de distribuição de assistência tem diferentes modalidades: comida pelo trabalho, para aquelas

pessoas que podem contribuir com a sua força do trabalho; distribuição gratuita, que abrange maioritariamente crianças, mulheres e velhos; e alimentação na base de senhas, para aqueles casos em que as pessoas não têm sequer condições para cozinhar alimentos.

As Nações Unidas e os seus parceiros continuam a trabalhar para angariarem 600 milhões de dólares para prestar assistência alimentar a Moçambique. **(Eugénio da Câmara)**

Jornal: CanalMoz; **Dia:** 19

Título: Nas zonas sul e centro do país: Novecentas mil pessoas precisam de assistência alimentar

Nas zonas sul e centro do país

Novecentas mil pessoas precisam de assistência alimentar

Maputo (Canalmoz) – Cerca de 900 mil pessoas vítimas da seca que assolou as províncias de Manica, Zambézia, Tete, Sofala, Gaza, Inhambane e Maputo precisam de 15.000 toneladas de alimentos. A informação foi divulgada na passada sexta-feira pelo porta-voz

do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, Paulo Tomás. Disse também que, para fazer face a esta situação, estão disponíveis 3500 toneladas de cereais e 557 toneladas de feijão, para este mês de Maio. O INGC diz que está garantida assistência aos grupos mais

vulneráveis e que estão a ser feitos esforços para abranger todos os afectados.

Para isso, o INGC tem fundos do Governo do Japão, do BAD, das Nações Unidas e fundos resultantes de campanhas de solidariedade, que vão ser angariados para suprir o défice. **(Cláudio Saúte)**

Jornal: Mediafax; **Dia:** 13

Título: Na província de Inhambane: Sasol e parceiros doam 12 milhões de meticais para mitigar efeitos da seca

Na província de Inhambane

Sasol e parceiros doam 12 milhões de meticais para mitigar efeitos da seca

(Maputo) A Sasol Moçambique, a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) e a International Finance Corporation (IFC), doaram na passada quarta-feira, cerca de 12 milhões de meticais para mitigar os efeitos da seca no distrito de Funhalouro, província de Inhambane, sul do país.

O valor será direccionado para o fornecimento imediato de alimentos e de água potável para aliviar o impacto da seca nas comunidades locais, beneficiando directamente cerca de 5 mil famílias daquele distrito.

Falando momentos depois da entrega do montante, o vice-presidente da country management and public affairs da Sasol, disse que o gesto tem como objectivo central ajudar a satisfazer as necessidades imediatas e permitir que a vida destas populações volte rapidamente a normalidade.

“A nossa abordagem tem como objectivo ajudar a satisfazer as necessidades imediatas das pessoas e tra-

balhamos para garantir que as comunidades em Funhalouro sejam capazes de recuperar os seus meios de vida e garantir a segurança alimentar”, disse Nompilo Morafo, Vice-Presidente de Country Management and Public Affairs, da Sasol Exploration and Production International.

A seca está a afectar toda a região Austral de África, e de acordo com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), mais de 75 mil pessoas foram gravemente afetadas e culturas foram severamente impactadas, na Província de Inhambane

Através de iniciativas como estas, a Sasol e os seus parceiros têm como objectivo criar valor social e ajudar a sociedade a alcançar um melhor padrão de vida. Até ao momento, a Sasol e os seus diversos parceiros investiram USD18 milhões de dólares em programas de responsabilidade social em Moçambique.

(Redação)

2. Caça Furtiva

Jornal; MediFax Dia:30

Título: Luta contra a acção de caçadores furtivos no país: Administração do Parque Nacional do Limpopo ensaia uso de “drones”

Luta contra a acção de caçadores furtivos no país **Administração do Parque Nacional do Limpopo ensaia uso de “Drones”**

(**Massingir**) A caça furtiva tem sido, nos últimos anos, uma das grandes preocupações no que tange à devastação da biodiversidade no país, a população animal, sobretudo o rinoceronte e o elefante têm estado a diminuir drasticamente em Moçambique em resultado da acção dos furtivos.

Preocupado com esta situação, que mesmo incrementando o número de fiscais não abranda, a administração do Parque Nacional do Limpopo (PNL) está, neste momento, a pensar o uso de drones para o controle de caçadores furtivos naquela área de conservação animal.

Segundo revelou o administrador do PNL, António Abacar, falando ao medi-aFAX na última sexta-feira, a introdução de drones no parque ainda é um processo que está a ser analisado ao mais alto nível. “Achamos que o sistema de drones iria ajudar no acompanhamento de todos os movimentos no interior do parque, mas conforme disse, o assunto ainda está a ser analisado. Ainda não é um dado final, está a ser analisado ao mais alto nível”, explicou Abacar.

Mas porque a acção dos furtivos não pára e os mesmos (furtivos) mostram-se cada vez mais modernizados nas suas ofensivas, o administrador do Parque Nacional do Limpopo anunciou que a 24 de Maio corrente, o parque recebeu dois barcos para a fiscalização daquela área de conservação, para além de, no ano passado, ter-se disponibilizado uma avioneta com objectivo, também, de controlar o parque. A fonte falou, igualmente, da implementação do uso de caninos junto aos postos de entrada do Parque Nacional de Limpopo.

Dados disponibilizado por António Abacar apontam que a população de elefantes, naquele parque, era de cerca de mil e cem animais (1100), em 2010. Continuando avançou que, da contagem aérea realizada no ano de 2014, foram contabilizados cerca de 1030 elefantes, o que significa uma diminuição de 70 elefantes em resultado da caça furtiva.

Relativamente aos rinocerontes, Abacar anunciou que da contagem feita em 2014 apenas foram visualizados dois (2) rinocerontes. “Este ano vamos realizar uma outra contagem dos animais, com

Ainda o caso das valas comun

Comissão da AR ontem em Sof

(**Maputo**) A chamada Primeira Comissão da Assembleia da República trabalha, desde ontem, domingo, nas províncias de Sofala e Manica, concretamente nos distritos de Gorongosa e Macossa, para averiguar a existência ou não das famigeradas valas comuns.

A comissão liderada pelo deputado da bancada parlamentar da Frelimo, Edson Macuacua, vai aos dois distritos depois de ter auscultado, semana finda, a Polícia de Investigação Criminal, o vice-ministro do Interior, o ministro da Justiça Assuntos Constitucionais e Religiosos e o representante da Agência Lusa em Moçambique.

A mais importante comissão, daquele que é o mais importante órgão legislativo do país, leva das auscultações, um denominador comum. O facto de as autoridades moçambicanas, unanimemente, terem afirmado que não há e nunca existiu qualquer

destaque para o elefante e o rinoceronte para ver a realidade actual”, disse.

Num outro desenvolvimento, o administrador daquela área de conservação, por sinal um dos maiores do país, manifestou a sua insatisfação com algumas comunidades residentes no parque que aceitam ser usadas como hospedeiras dos furtivos. Regra geral ajudam os furtivos a guardar as armas usadas para a caça.

E porque o problema da caça furtiva é mesmo grave no país, recentemente, o governo reunido em sessão de Conselho de Ministros, aprovou o decreto que aprova o regulamento sobre o comércio internacional de espécies de fauna e flora silvestre ameaçadas de extinção, com destaque para o rinoceronte e elefante.

Trata-se de um instrumento que estabelece normas relativas à protecção e comércio das referidas espécies, no âmbito da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora ameaçadas de extinção (CITES), e aplica-se a pessoas singulares e colectivas, nacionais e estrangeiras, bem como aos cidadãos de países não parte da Convenção, envolvidas no comércio internacional de espécies ameaçadas de extinção. (B. Luís)

Jornal: Canalmoz **Dia:** 25

Titulo: Governo regulamenta comércio internacional de espécie em vias de extinção

Governo regulamenta comércio internacional de espécies em vias de extinção

Maputo (Canalmoz) – O Conselho de Ministros aprovou ontem o decreto que regulamenta o comércio internacional de espécies de fauna bravia e flora silvestre ameaçadas de extinção.

O anúncio foi feito ontem pelo vice-ministro da Saúde e porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saíde, que, falando aos jornalistas, explicou que o objectivo do regulamento é o de estabelecer normas re-

lativas à protecção e comércio internacional de espécies de fauna e de flora ameaçadas de extinção, no âmbito da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção.

Mouzinho Saíde não foi muito específico em relação à nomenclatura das espécies que o país pretende que sejam protegidas pelo decreto ontem aprovado. Apenas fez re-

ferência ao rinoceronte “e as outras ameaçadas pela caça furtiva”.

Mouzinho Saíde acrescentou que o novo regulamento se aplica a pessoas singulares e colectivas, nacionais

e estrangeiras (incluindo de países que não fazem parte da Convenção), que estão envolvidas no comércio internacional de espécies ameaçadas de extinção. **(Eugénio da Câmara)**

Jornal: Canalmoz **Dia:** 31

Titulo: Seis espécies animais sob ameaça de extinção devido à caça furtiva em Moçambique

Seis espécies animais sob ameaça de extinção devido à caça furtiva em Moçambique

Maputo (Canalmoz) – A Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC) informou que o rinoceronte, o elefante, o leão, o pangolim, a tartaruga marinha e a cidadácea correm sérios riscos de extinção, devido à caça furtiva.

A informação foi divulgada durante a celebração do 5º aniversário da Administração Nacional das Áreas de Conservação, assinalado a 25 de Maio.

Na ocasião, a ANAC anunciou que, durante os últimos cinco anos, foram apreendidos 2199 kg de marfim bruto, 236 kg de marfim trabalhado e 194 kg de cornos de rinoceronte, provenientes da caça furtiva

A ANAC diz que, no mesmo período, foi destruído um espólio de marfim e de cornos de rinocerontes e foram apreendidas 134 armas usa-

das na caça furtiva nos Parques Nacionais da Gorongosa, do Limpopo e das Quirimbas e nas Reservas Especiais de Maputo e de Marromeu

Para um melhor controlo da fauna bravia, as autoridades dizem que foi feito um levantamento da biodiversidade no Parque de Gorongosa, onde foi documentada a existência de cerca de 1200 espécies: 54 espécies de mamíferos, 189 de aves, 80 de anfíbios, 320 de plantas (incluindo 17 tipos de orquídeas) e 15 espécies de invertebrados.

As celebrações dos cinco anos da ANAC têm como lema “Não sejas cúmplice, usa a tua voz contra a caça furtiva”. O objectivo é divulgar as principais realizações do sector referentes aos últimos cinco anos e proceder ao lançamento das linhas-

-mestras que irão nortear todo o processo de desenvolvimento das áreas de conservação nos próximos anos.

A ideia do Governo é desencorajar a caça furtiva através da criação de condições para os cidadãos residentes nessas áreas terem alternativas alimentares da carne de animais bravios.

Sobre esta matéria, na semana passada o Conselho de Ministros aprovou um decreto que regula o comércio internacional de espécies de fauna e flora silvestres ameaçadas de extinção.

O objectivo do regulamento é estabelecer normas relativas à protecção e ao comércio internacional de espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, no âmbito da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies de Fauna e Flora Ameaçadas de Extinção. **(Eugénio da Câmara)**

Jornal: Notícias **Dia:** 14

Título: PR NO NIASSA: Responsabilizar mandantes e executores da caça furtiva

PR NO NIASSA: Responsabilizar mandantes e executores da caça furtiva

Sábado, 14 Maio 2016 00:00 |  | Acessos: 365 – Pág. 10

Acessado no <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/ciencia-e-ambiente/55563-pr-no-niassa-responsabilizar-mandantes-e-executores-da-caca-furtiva>, noo dia 26 de Maio de 2016 – as 16:40



O PRESIDENTE da República, Filipe Nyusi, orientou o sector de conservação da biodiversidade a intensificar o controlo e fiscalização nos parques e reservas nacionais como forma de estancar a onda de caça furtiva no país e responsabilizar criminalmente os seus autores.

A mensagem do Chefe do Estado foi expressa quarta-feira, no distrito de Mecula, no Niassa, no término da sua visita à província.

Filipe Nyusi mostrou-se preocupado com os níveis de caça furtiva, que está a delapidar os recursos faunísticos e florestais do país, ressaltando que só com responsabilização criminal é que será possível desencorajar a acção dos malfeitores.

“Temos de saber quem são os mandantes e executores destes actos criminais e identificar o mercado onde são colocados estes produtos, o que implica colaborarmos com outros países”, disse o Chefe do Estado, citado pela AIM.

O Presidente da República ressaltou que a visita que efectuou à Reserva Nacional do Niassa serviu para ter uma imagem real do que está a acontecer, apelando ao envolvimento colectivo no combate às queimadas descontroladas e ao abate indiscriminado de árvores, bem como na denúncia das acções dos caçadores furtivos.

O estadista moçambicano anunciou ainda que o Governo está a trabalhar no fortalecimento da Força de Protecção dos Recursos Naturais e Meio Ambiente, dotando-a de equipamento e meios à altura, como forma de estancar este fenómeno no país.

Entretanto, graças à actuação da Força de Protecção de Recursos Naturais e Meio Ambiente, o número de elefantes abatidos na Reserva do Niassa tende a reduzir, tendo sido registadas até ao momento 63 carcaças, contra quase o dobro que vinha ocorrendo nos anos anteriores.

REDUZ POPULAÇÃO DE ELEFANTES

A população de elefantes em Moçambique desceu de 20 mil para pouco mais de 10 mil nos últimos cinco anos em consequência da caça furtiva, facto exacerbado pela ineficácia das acções para refrear o problema.

Segundo o Censo Nacional do Elefante, realizado em 2014 pelo Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER), o país perdeu 9700 paquidermes, o que equivale a 48 por cento.

Os dados mais recentes divulgados pelo pelouro indicam também que o Parque Nacional das Quirimbas possui actualmente menos de 600 animais. Por causa da caça furtiva 45 por cento dos elefantes foram abatidos.

Actualmente o maior universo de elefantes no país encontra-se na província de Tete, no Parque Nacional de Mágoè, e na província de Gaza, no Parque Nacional do Limpopo (PNL). Contudo, em cada um destes lugares, pelo menos 20 por cento dos animais foram mortos.

A Administração Nacional das Áreas das Conservação (ANAC) está a fazer um levantamento da informação necessária para a actualização da estratégia e do plano de acção nacional para a conservação do elefante em Moçambique.

No quadro da implementação da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES), o Governo preparou uma estratégia e um plano de acção à conservação do elefante com horizonte temporal de cinco anos e que vigorou de 2010/15.

O referido plano teve o apoio da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), o Departamento Norte-Americano de Peixes e Fauna (US-FWS) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM).

Com a CITES pretende-se desenhar estratégia e plano funcional para a gestão dos pouco mais de 10 mil elefantes existentes no país. A ideia é incrementar o número dos paquidermes em mais de 30 por cento.

O elefante (*Loxodonta africana*) é uma das espécies chave e indicadora de qualidade e de integridade do ecossistema onde ocorre. A sua caça desportiva é permitida mediante a quota anual aprovada pela CITES.

Jornal: Notícias Dia: 24

Título: PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA: Salva-guardar limites para evitar ocupação

PARQUE NACIONAL DA GORONGOSA: Salva-guardar limites para evitar ocupação

Terça, 24 Maio 2016 20:26 | ✉ | Acessos: 239 – Pág. 26

Acessado no <http://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/ciencia-e-ambiente/56169-parque-nacional-da-gorongosa-salva-guardar-limites-para-evitar-ocupacao>, no dia 26 de Maio de 2016 – as 11:39



Uma das entradas do Parque Nacional da Gorongosa

O PARQUE Nacional da Gorongosa está a desenvolver um plano de delimitação integral da sua área, com vista a salvar-guardar a integridade dos limites daquele património natural, que se estende pelos distritos de Gorongosa, Nhamantada e Muanza, na província de Sofala.

Com esta iniciativa, a ideia é colmatar a pressão exercida pelas comunidades que circundam o parque em busca de meios de sobrevivência, que assentam na exploração dos recursos naturais.

A pobreza e vulnerabilidade a que estão expostas muitas destas populações geram um enorme constrangimento aos gestores do parque, porque os meios de que dependem para a sua vida não podem ser retirados do interior do parque. E porque as suas áreas agrícolas já não permitem uma boa produção alimentar, começam a invadir o parque em busca de recursos para si, por acreditarem que lá existe terra com fertilidade infundável.

O administrador do Parque Nacional da Gorongosa, Mateus Muthemba, explicou ao nosso Jornal que está em curso um reconhecimento geral da área para a adequada

delimitação. Por outro lado, e isso é o mais importante, os gestores do parque têm realizado encontros com as comunidades para sensibilizá-las a não irem para além da zona tampão.

No entanto para garantir que os limites do parque não sejam violados, a administração procura prover soluções aos problemas enfrentados pelas comunidades, uma alternativa à dependência da fauna e flora.

“A agricultura não rende muito por causa dos métodos pouco sustentáveis de produção que as comunidades usam. E isso levou à exaustão das suas terras. Este é um dos grandes problemas que tentamos resolver”, disse Muthemba.

O enfoque da administração do parque esteve, nos primeiros anos, virado para a restauração do seu interior. E já está a orientar-se para a zona tampão, fazendo intervenções necessárias para as comunidades, como forma de mostrá-las que é possível continuar a cultivar e obter rendimentos bons e de qualidade. Mas isso depende dos procedimentos agrícolas usados.

Ademais, Mateus Muthemba sublinha que os animais estão a aumentar, tornando complicada a convivência com o Homem no interior do parque.

“Estamos a orientar-nos cada vez mais para servir a zona tampão e contribuir nos esforços de desenvolvimento comunitário em parceria com os governos dos distritos que rodeiam o parque. Pensamos que assim vamos conter o êxodo em direcção ao parque”, anotou.

Entretanto, a “Car Foundation” e seus parceiros já investiram, desde o ano 2005, 70 milhões de dólares em infra-estruturas, reintrodução de animais, equipamentos e operações do próprio parque.

A ZEBRA NO SANTUÁRIO



O aumento de animais gera conflitos com as comunidades

O Parque da Gorongosa está, desde o ano passado, num programa de reconstituição da zebra. Esta espécie é tida como carismática, tanto para o turismo, assim como por ter um importante papel a desempenhar naquele ecossistema, para além de estar em perigo de extinção.

Estas acções estão a decorrer ao abrigo do Programa de Gestão do Santuário de Fauna Bravia.

O Santuário de Fauna Bravia é um lugar vedado, com uma área de seis mil hectares dedicado à conservação de animais recém-chegados àquele local. Este santuário serve ainda como núcleo de reprodução de espécies que são depois libertadas na área mais ampla do parque, de modo a serem contempladas pelos turistas. É neste lugar que está acomodada parte das zebras existentes naquele local.

O administrador conta que em 1972 foi feita uma contagem que indicava a existência naquele local de 3500 zebras. No ano 2000 a estimativa indicou a descida desta população para menos de 20 indivíduos, o que significou uma perda acima de 99 por cento.

“Fizemos uma outra contagem em 2012, e constatámos que o número ainda era estacionário. Portanto, tivemos que estudar por que razão a espécie não estava a crescer. Por essa razão fizemos algumas intervenções de gestão, que incluíram a reintrodução do animal no parque. E em 2014 voltámos a fazer um censo que determinou o registo de cerca de 30 indivíduos”.

Informações de que dispomos indicam que a reintrodução desta subespécie é delicada. Em Moçambique ela ocorre na região da Gorongosa e também em Marrromeu e Macossa. E também na Reserva Nacional do Niassa e em partes do Malawi e na Zâmbia. Ou seja, não ocorre em muitos lugares.

“Todas as intervenções para reintroduzi-la têm que se cingir a estes lugares e com os riscos que envolvem a logística do processo. Por exemplo, numa das intervenções que fizemos tivemos perdas, porque houve alguma mortalidade, precisamente por causa da delicadeza da operação de translocação. Este é um dos mais importantes programas de restauração do património animal do Parque Nacional da Gorongosa”.